



Reflexões finais: Mídia africana quebra a “cultura do silêncio” Jornalistas esforçam-se por soltar a voz e expandir liberdades

Kwame Karikari*

Em 18 de Março deste ano, quando o Daily Nation – um dos maiores e mais bem-sucedidos jornais independentes da África – celebrou seu 50º aniversário, Charles Onyango Obbo, colunista de um jornal em Nairóbi, Quênia, escreveu: “Para a mídia africana, os últimos 50 anos têm sido o inferno na terra. De facto, o período mais livre para nós foi o dos 15 anos entre 1990 e 2005”.

O boom dos meios de comunicação entre o final dos anos 80 e o início dos 90, acompanhando o movimento por reformas democráticas na África, transformou o cenário da mídia do Continente praticamente de um dia para o outro. Cessou o controle e monopólio quase absolutos dos governos sobre ela, inaugurando um vibrante pluralismo. Repentinamente, as ruas das capitais africanas foram inundadas por jornais. A “cultura do silêncio”, imposta primeiro pelo colonialismo e, em seguida, por ditaduras militares e estados autocráticos de partido único, foi bruscamente rompida.

O boom da mídia independente

Durante as independências nos anos 60, a maior parte dos jornais eram privados, pertencentes aos movimentos e partidos nacionalistas ou a negócios estabelecidos por investidores europeus. Entretanto, já por volta de 1970, a maioria dos jornais de alguma importância eram governamentais. Todo o jornal que expressasse uma linha editorial independente enfrentaria a censura, seria banido, ou submetido a tal controle que a maior parte deles acabava desistindo de publicar. Além da África do Sul no *apartheid*, os únicos países que abrigavam empresas de comunicação privadas e independentes eram o Quênia e a Nigéria, e, ainda assim, sob enormes restrições de carácter político.

* Director-Executivo da Fundação de Mídia para África Ocidental, Acra, Gana
Director da Escola de Estudos de Comunicação, Universidade de Gana.
E-mail : karikari.kwame@gmail.com

Em alguns países, como Gâmbia e Níger, os primeiros jornais diários surgiram neste momento de liberalização e I da mídia. O jornalista liberiano Kenneth Best inaugurou os primeiros diários da Libéria (1981) e da Gâmbia (1992). O jornalista, no final, teve que fugir de ambos os países.

Desde 1990, a mídia independente cresceu como capim na savana em época de chuva, depois de uma longa seca. Na África Ocidental, de acordo com um estudo de 2006 patrocinado pela Comissão Económica da ONU para a África (ECA, na sigla em inglês), haviam mais de cinco mil jornais e emissoras de rádio e televisão espalhadas em 15 países.

De longe, a explosão das rádios foi o acontecimento mais estrondoso. Das capitais às províncias, o crescimento das vozes privadas e independentes inicialmente ameaçou abafar os sistemas autoritários de radiodifusão. No Sahel, por exemplo, existem hoje cerca de 300 estações. Na República Democrática do Congo, devastada pela guerra, são cerca de 196 emissoras comunitárias de rádio. Por todo o continente, a internet e a telefonia celular permitiram à velha mídia expandir as fontes de informação e meios de comunicação de massa dos africanos.

Os conflitos armados dos anos 90 não pareceram prejudicar o surgimento da mídia independente em nenhum lugar, embora muitos meios de comunicação tenham, de facto, virado alvos de ataques. A Somália viu o aparecimento de sua primeira imprensa, rádio e até televisão independentes depois de mergulhar em profunda anarquia. Numerosas emissoras e jornais emergiram na Libéria e em Serra Leoa durante os seus notórios e sanguinários conflitos, enquanto os sistemas de radiodifusão estatais colapsavam.

Hoje, duas décadas depois desde o boom da mídia, a Eritreia é basicamente o único país na África Subsaariana em que o governo tem o monopólio total da imprensa e radiodifusão.

Fortalecendo a democracia

Linus Gitahi, chefe executivo do grupo Nation Media (NMG), disse na Conferência Pan-africana de Mídia durante o aniversário do *Daily Nation*: “Mais africanos vivem hoje em liberdade relativa do que há 50 anos atrás”.

Sem dúvida, o papel das comunicações de massa tem sido central no fortalecimento da democracia nestes países, onde houve progressos em matéria de governança e respeito pelos direitos humanos.

Apesar de frequentemente fraca, a mídia, especialmente os meios de comunicação independentes, têm feito notáveis contribuições para a realização de eleições pacíficas e transparentes em países como Benin, Cabo-

Verde, Gana, Mali, Namíbia, África do Sul e Zâmbia; para transições pós-conflito e a restauração da paz na Libéria, em Moçambique e Serra-Leoa; e para a sustentação da ordem constitucional em tempos de crise política na Guiné, no Quênia e na Nigéria. E muitos continuam pressionando pela liberdade de imprensa em contextos onde a mídia ainda é asfixiada.

A rádio ampliou a produção de informação e notícias locais, e o telefone celular aumentou a participação dos cidadãos na discussão corrente dos assuntos públicos. Incorporando mais amplamente a diversidade de línguas locais, a rádio contribuiu para promover uma identidade cultural positiva em muitas comunidades. Em Janeiro último, durante o 10º aniversário da rádio ganense Ada, emissora comunitária da cidade costeira de mesmo nome que fica a 100km da capital, o chefe local comentou: “Até à chegada da emissora de rádio, não escutávamos nosso dialecto no rádio. Não nos sentíamos parte de Gana”.

Em alguns casos, porém, a mídia tem sido usada como um instrumento de ódio, xenofobia e crimes contra a humanidade. Mesmo tendo desempenhado um papel significativo no genocídio em Ruanda, a rádio Mille Collines ainda é a mais popular no país. Existem ainda outros exemplos perturbadores de casos em que a mídia promoveu o ódio étnico, como no sangrento resultado das eleições no Quênia em 2007. E mesmo nas tão celebradas eleições de 2008 em Gana, algumas emissoras de rádio pregaram incessantemente a violência e mobilizaram multidões partidárias a atacarem os seus oponentes. Em todos estes casos, a mídia perpetuadora da violência era de propriedade de poderosos no governo, de partidos políticos e facções em conflito.

Repressão continuada

A ação positiva dos meios de comunicação de massa geralmente emerge contra a repressão e a violência. Entretanto, quando a mídia ousa questionar ou revelar a criminalidade e a corrupção nos altos escalões, normalmente recebe duras demonstrações de “onde o poder realmente reside”.

Assim, praticamente todos os assassinatos de jornalistas – como o de Norbert Zongo de Burquina Fasso em 1998, Carlos Cardoso de Moçambique em 2000, ou Deyda Heydara da Gâmbia em 2004 – tiveram motivações semelhantes. O relatório de uma comissão independente sobre o caso Zongo concluiu que “Norbert Zongo foi assassinado por razões puramente políticas, porque praticou jornalismo investigativo comprometido. Ele defendeu um ideal democrático, e através de seu jornal esteve dedicado à luta pelo respeito aos direitos humanos e pela justiça, contra a má administração dos bens públicos e a impunidade”.

Vários grupos de defesa dos direitos da liberdade de expressão jornalística, como o Comité de Protecção aos Jornalistas baseado em Nova Iorque, calculam que por volta de 200 jornalistas foram mortos em África nas últimas duas décadas. A maior parte das vítimas em contexto de guerra.

O uso de legislação repressiva tem sido a maior ferramenta na tentativa de coibir a liberdade de imprensa. Fora a África do Sul, em que a transição pós-apartheid implementou reformas fundamentais nas leis das comunicações, a atmosfera de pluralismo não suscitou reformas jurídicas e políticas expressivas, não tendo avançando muito além das cláusulas constitucionais que estão nos princípios de liberdade de expressão da ONU.

Por volta de 2005, as estruturas legais e políticas na maioria dos países eram tão restritivas que a ECA (Comissão Económica da ONU para a África) afirmou, em um estudo: “A necessidade de uma revisão crítica e uma reformulação no ambiente jurídico e político em que a mídia opera em toda a África não pode ser exagerada”.

Enquanto os países individualmente talvez não tenham feito reformas significativas na sua legislação e política de comunicações, a União Africana e órgãos regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS em inglês), a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC em inglês) e a Conferência Internacional da região dos Grandes Lagos (de que participam 11 membros), todos adotaram protocolos e declarações favoráveis à liberdade de expressão e imprensa.

Entretanto, a maioria dos governantes talvez esteja violando ou ignorando os protocolos que assinaram, mas grupos da sociedade civil fazem uso de instituições como a Relatoria. Especial para a Liberdade de Expressão e Acesso à Informação, e da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, para promover os direitos de comunicação de massa. Entidades como a Fundação de Mídia da África Ocidental fazem uso da nova Corte de Justiça da Comunidade da ECOWAS para enfrentarem as violações aos direitos dos jornalistas.

Restrições e limitações

Se a violência e as leis proibitivas têm sido utilizadas para tentar impedir o crescimento e a relevância da mídia, debilidades profissionais e financeiras tendem a limitar o seu impacto.

Apesar do crescimento excepcional da mídia, o Professor Doutor Guy Berger da Escola de Jornalismo e Estudos de Comunicação de Massa da Universidade de Rhodes, África do Sul, defendia em 2007 que “os africanos são os povos do mundo que têm menos acesso e circulação

de informação, pela razão pela qual este continente exibe uma mídia de massa que é por toda parte limitada em termos de volume, e às vezes em qualidade”.

O Professor Berger apontava, por exemplo, que a África tem o menor número de jornalistas per capita do mundo. A África do Sul, o país de melhor *performance*, tinha então um jornalista para cada 1300 cidadãos, enquanto em Gana era um a cada 11 mil, em Camarões um por 18 mil, no Zimbábwe um por 34 mil, e na Etiópia um jornalista para cada 99 mil habitantes.

O enorme *déficit* de profissionais capacitados continua aumentando, apesar do apoio de doações para a realização de cursos *ad hoc* e o surgimento de escolas privadas de formação.

De todas as restrições e limitações, os factores económicos parecem ser a ameaça mais crítica à sobrevivência do pluralismo nos meios de comunicação. A maior parte deles permanece em níveis reduzidos, com uma capacidade de acção bastante fraca. Algumas empresas como a NMG no Quênia e a Multimedia em Gana chegaram a expandir os seus investimentos para além-fronteiras. No entanto, mesmo que algumas se estejam transformando em enormes conglomerados transnacionais de comunicações, várias empresas ainda encaram a possibilidade de encolhimento e mesmo extinção.

Conforme aumenta o pluralismo dos meios de comunicação e as economias africanas se abrem, o crescimento da dependência do mercado ameaça limitar a independência editorial. Empresas que visivelmente lideram a publicidade e patrocínios são acusadas por jornalistas de exercer uma pressão sobre a mídia para que esta esteja afinada com os seus interesses, evitando, por exemplo, notícias desfavoráveis aos seus negócios.

Tais pressões e ataques à liberdade de imprensa também impulsionaram o surgimento de advocacy, e organizações de defesa por todo o continente. O Instituto de Mídia do Sul da África em Windhoek, a Fundação de Mídia da África Ocidental baseada em Accra, o Media Rights Agenda da Nigéria, e o Journalists in Danger em Kinshasa estão entre os mais conhecidos. Associações profissionais nacionais e regionais de jornalistas também tomaram a dianteira na defesa dos profissionais das comunicações.

Embora as emissoras estatais persistam, dominando as ondas radiofónicas na maioria dos países, a mídia independente e pluralista africana chegou para ficar, não obstante os vários desafios. E esta pode ser, de facto, a garantia do crescimento e fortalecimento da democracia em África.

